

# **ENSINO E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS SURDOS NO CURSO DE GEOGRAFIA NO CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS-CESP**

Gustavo dos santos Ferreira<sup>1</sup>

Francisca Keila de Freitas Amoêdo<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O processo de ensino/aprendizagem no Brasil é uma realidade que se diferencia entre os ambientes escolares e da academia. Os déficits de aprendizagem de região em região na Unidade da Federação são alarmantes ao comparar uma escola da periferia aos centros urbanos de maior desenvolvimento. O aluno surdo, no entanto, apesar desta problemática, enfrenta um fator ainda mais essencial, que é a comunicação e por conseguinte a inclusão, desde os anos iniciais se estendendo por toda a vida escolar à acadêmica. Fator esse que gera o objeto de análise desse trabalho, de compreender a partir de relatos de acadêmicos surdos do curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), quais os principais problemas e dificuldades enfrentados desde a inserção no ambiente universitário, incluindo a comunicação ao processo de aquisição de conhecimentos, junto aos agravantes do COVID-19, por meio de aulas presenças e remotas. Busca-se por meio desta pesquisa, um olhar mais apurado sobre estas questões e a sensibilidade de metodologias que permitam o acadêmico surdo ao acompanhamento em excelência em seu processo de formação.

**Palavras chaves:** Surdos; ensino; aprendizagem;

## **ABSTRACTC:**

The teaching/learning process in Brazil is a reality that differs between school environments and academia. The learning deficits from region to region in the Federation Unit are alarming when buying a school from the periphery to urban centers with greater development. The deaf student, however, despite this problem, faces an even more essential factor, which is communication and, subsequently years extending throughout the school to academic lite this factor generates the object of analysis from this work, to understand from the state of Amazonas, which are the main problemas and difficulties faced since the insertion in the university environment, including communication to the process of knowledge acquisition, together with the aggravating factors of covid-19, through inperson and remote classes. Through this research, we seek a more accurate look at these issues and the sensitivity of methodologies that allow the deat academic to follow up in excellence in their training process.

**Keywords:** Deaf; Teaching; Learning;

## **INTRODUÇÃO**

O trabalho aborda a formação de acadêmicos surdos no curso de Geografia antes e durante a pandemia do covid-19 no ano de 2022 no Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP/UEA. É uma temática que surge como discursão no trabalho de conclusão de

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de licenciatura em Geografia no Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA

<sup>2</sup> Professora orientadora Mestre do Centro de Estudos Superiores de Parintins-UEA

curso pautada inicialmente em inquietações referente as dificuldades e barreiras enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem de acadêmicos surdos no ensino superior.

A trajetória do estudante surdo, assim como os demais, inicia na educação básica (ensino infantil, fundamental e médio) e ao ingressarem nas universidades, enfrentam dificuldades no que se refere ao processo de inclusão e adaptação ao meio acadêmico. Partindo dessa realidade, propõe-se compreender como se enfrenta o processo de formação no curso de licenciatura em Geografia a partir dos relatos dos mesmos.

A problemática nos conduziu a questões que nortearam a pesquisa baseada em: Como vem acontecendo a formação de acadêmicos surdos no curso de Geografia no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/ UEA? Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos surdos em formação no Curso de Geografia antes e durante a pandemia? Qual a trajetória acadêmica no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA, dos acadêmicos surdos em formação do Curso de Geografia?

E assim foi possível contruir objetivos que nos permitissem **analisar** o processo de construção de conhecimento na formação de professores surdos no Curso de Licenciatura em Geografia antes e durante a pandemia do Covid-19 no Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP/UEA. E os objetivos específicos: **Averiguar** como vem ocorrendo a formação de professores surdos no curso de licenciatura em Geografia no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP\UEA. **Identificar** as principais dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos surdos em formação do Curso de Geografia antes e durante a pandemia no Centro de Estudos Superiores de Parintins –CESP/UEA. **Descrever** a trajetória da formação de acadêmicos surdos no Curso de Geografia no Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA.

## **MEDODOLOGIA**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho é uma pesquisa de cunho qualitativo, que tem por característica “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. (CHIZZOTTI, 1991, p.79), o que irá permitir compreender as dificuldades na formação profissional do surdo, no campo da licenciatura em Geografia, propondo uma participação da comunidade surda do CESP/UEA, trazendo vertentes e discussões relacionada a inclusão social.



**Figura 01**-localização do Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP/UEA

**Fonte:** Google Earth

**Organizador:** Baraúna, 2022

O Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), foi fundado em 12 de janeiro de 2001, sendo uma das maiores Universidades do país e da América Latina e uma das universidades mais desenvolvidas da região. Atualmente atende 1.1991 acadêmicos.

## **A SURDEZ E A EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A educação surda no Brasil começa em 1857, segundo Santos e Bordas (2009), a política educacional brasileira, desenvolve um discurso de educação inclusiva na escola regular, entretanto a Comunicação, a falta de boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de interpretes, etc., são os maiores desafios da rede pública na atualidade, pois em instituições privadas, pessoas com deficiências têm direitos a aulas de reforço, fixando o seu ensino e aprendizagem.

O cenário educacional no Brasil se apresenta com enormes desafios que surgem desde a formação profissional, nas questões financeiras, nos ambientes educacionais, tais situações que levam a fatores como a carência de profissionais qualificados, ambiente físico precários para exercer aula, baixo salário de professores, elevado índice de repetições dos alunos, entre outros, proporcionando impactos negativos diretamente no contexto educacional de modo geral.

De tal modo, quando pensamos na educação não podemos esquecer do processo de inclusão social, pois ao longo dos anos pessoas com deficiências lutam pelos seus direitos socioculturais na sociedade. A educação hoje é um desafio, entretanto para ter êxito na inclusão social é preciso haver um compromisso por parte dos profissionais que fazem parte do cenário educacional, favorecendo um ensino de qualidade independente de classes sociais, gêneros, idades, deficiências entre outros.

Dentre esses inúmeros motivos, outro agravante é o domínio tardio da língua de sinais por parte da criança surda, pode-se dizer que, em razão de muitos pais serem na maioria ouvintes, não tendo conhecimento da língua de sinais, proporciona uma comunicação por meio de gestos, em virtude disso os alunos apresentam dificuldades nos primeiros anos no ambiente escolar. Lacerda (2007, p.161) explicam que

A inclusão escolar é um processo dinâmico e gradual que pode tomar formas distintas de acordo com as necessidades dos alunos. Acredita-se que essa interação possibilite a construção de processos linguísticos adequados, de aprendizado de conteúdos acadêmicos e de uso social da leitura e da escrita. Nessa proposta o professor media e incentiva a construção do conhecimento através da interação com ele e com os colegas.

Comenta-se, com frequências a respeito da inclusão social do surdo na universidade pública, entretanto percebe-se que os acadêmicos surdos são estigmatizados no ambiente acadêmico tanto pelos discentes quanto pelos docentes, pois é conveniente recordar que o sistema de cotas foi criado nos anos de 2006, nota-se que muitos profissionais não têm qualificação profissional para atuar com surdos.

A comunidade surda vem conquistando espaço no ambiente escolar de maneira especial nas universidades. Contudo, ainda permanecem questionamentos sobre a formação profissional do surdo. O debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência auditiva e a surdez nos dias atuais torna-se mais presente, pela emancipação do sujeito surdo e ao acesso as universidades e escolas, junto as cotas que beneficiam esta categoria em vários segmentos da sociedade. Mas, que não se tornam suficientes para uma possível inclusão, deixando-os ainda sem diversos acessos, entre eles, o da comunicação.

A língua brasileira de sinais (Libras), ainda desperta curiosidades por parte dos ouvintes, isso porque muitas pessoas pensam que são como mímicas. Por outro lado, é uma língua que segue uma estrutura linguística, além disso, não é uma língua universal como imagina-se. É conveniente recordar que nem todo surdo consegue se comunicar em Libras, pois é necessário a alfabetização para dominar a estrutura gramatical da língua. Certamente a língua de sinais, faz parte da comunidade surda, logo que surgiu era vista como código, dessa forma Gesser (2018) aborda que pessoas com surdez eram submetidos treinamentos para fazerem leituras labial ou falar tornando-se oralizados.

Pode-se mencionar que as principais barreiras que dificulta no ensino e aprendizagem do surdo é a comunicação, de acordo com Brazorotto e Witkoski (2008, 2012) muitos profissionais não tem experiências de organizar o conteúdo exposto na sala de aula, devido à falta de comunicação. Além disso, o surdo incorpora a autoimagem relatando que não tem capacidade de fazer trabalho direcionado a leitura e escrita do português, dificultando o processo de aprendizagem.

Nos dias atuais, há muitas discussões referente a didática pedagógica para inclusão social de pessoas surdas no ensino superior. Os universitários surdos ainda confrontar-se com

problemas no adaptar a rotina e conteúdo das universidades, devido as dificuldades apresentadas nas primeiras etapas de níveis escolares, como interpretações, leitura e escrita.

As políticas públicas junto com os movimentos sociais buscam um cenário igualitário na educação, atendendo as necessidades de ouvintes e surdos, mesmos que seja, por meio de leis que amparem os direitos educacionais.

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, Art.1º)

Embora o estado apoie a inclusão de estudantes surdos no ambiente universitário, as instituições devem dispor elementos essenciais para acolher pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), ajudando induzi-los a superar as dificuldades na comunicação e socialização com sujeitos ouvintes, pois muitos surdos foram submetidos a educação tradicionais, onde profissionais não tem especialização na área da educação inclusiva.

Os professores, sem formação específica para atender à educação de surdos, não conseguem se comunicar em Libras, ministrar os conteúdos de forma adequada, ou mesmo avaliar a aprendizagem. Não compreendem a experiência visual que os caracteriza e, mesmo se o fizessem, teriam dificuldades para utilizar recursos didáticos que explorem os aspectos visuais, associando a imagem com o conceito de Libras. (PENA, 2018, p. 62.)

Posteriormente, muitos profissionais não conseguem fazer uma transmissão do conhecimento científico, gerando dificuldade no acampamento dos conteúdos ministrado na sala de aula. Assim sendo, deve haver uma socialização de conhecimento por meio de intérpretes, docentes e colegas ouvintes.

Com proposito de exercer a inclusão social, os professores licenciados em Geografia devem está sintonizados com as didáticas pedagógica do ensino- aprendizagem para surdos, tendo como objetivo principal utilizar desses mecanismos e recursos visuais para caracterizar um ambiente escolar lúdico, utilizando conceitos providos da Geografia, em especial designando uma reflexão crítica sobre o espaço Geográfico. De acordo com Milton Santos considerado a maior referência da Geografia brasileira:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe da vida. (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e de presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Segundo o autor, o ensino da Geografia deve estar interconectado ao espaço geográfico criando autonomia de pensamentos críticos sobre as relações sociais, que tornar-se visível através de movimentos políticos, religiosos, preconceitos, inclusão social e etc. no passado foi generalizado que pessoas surdas não poderiam ter autonomia de pensamento, portanto não poderiam expressar suas ideias.

## **A LUTA PELO ENSINO/APRENDIZAGEM EM TEMPOS REMOTOS**

Atualmente em Parintins, a luta da comunidade surda em prol de seus direitos como cidadãos pela educação, cultura e a identidade social, vem ganhado forças. Dessa forma o município de Parintins contribui diretamente com a Educação inclusiva, desde a primeira escola chamada Santa Izabel fundada pelo padre Emilio Butelli, que passou a ser chamada Escola de Áudio e Comunicação Pe. Paulo Mana, além da contribuição da escola estadual Brandão de Amorim atendendo estudante de 1º a 3º ano, preparando para as universidades.

Quando os estudantes surdos chegam no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA), eles encontram uma realidade diferente das escolas de ensino fundamental e médio, onde necessitam diretamente do apoio dos Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS), sendo crucial o papel do intérprete para o ensino e aprendizagem do acadêmico surdo. Todavia durante o período das aulas remotas, devido ao novo coronavírus (SARS-CoV-2) Covid -19, houve maiores dificuldades como relata a intérprete **A**:

*“A maior delas foi a conexão com a internet, nós temos no nosso município uma internet de péssima qualidade, então uns acadêmicos surdos não tinham uma internet com essa qualidade que eles pudessem acompanhar as aulas em tempo avio né”*

*“Outra situação era as aulas através do Meet, ficou assim evidente que muitas das vezes eu tava lá fazendo a tradução, conseguia a conexão mais, porem alguns dos surdos não conseguia ou muitas das vezes eles nem conseguiam nem um dos três, então ficava assim ficava difícil, porque toda a explicação teria que ser do professor para o acadêmico surdo, então a maior dificuldade foi essa”*

Certamente a qualidade da internet foi um dos maiores obstáculos das aulas remotas em Parintins, apesar do auxílio da Universidade com a conectividade através de celulares e chips, sala de estudos para filmagens e interpretações em atendimento individual dos acadêmicos surdos. Os intérpretes opinaram por fazer interpretações de suas residências, devido ao isolamento social.

Todavia segundo (MARQUES, 2020, p.27) “sempre interpreto na sala da minha casa, porque fica mais perto do roteador de internet” isso foi uma realidade em Parintins, muitos intérpretes e surdos contrataram pacotes de internet, entretanto a cidade não tem o sistema de

fibra ótica de internet, além de mudanças constantes do tempo, fazendo ter muitas oscilações prejudicando as interpretações.

Atualmente, em razão da decorrência das aulas remotas muitos acadêmicos surdos estão preocupados com as consequências que isso pode ocasionar para suas formações. Salienta-se dizer que as orientações do professor e sua presença em sala de aula garantem o melhor ensino, pois ajuda a explanar com maior ênfase o assunto abordado, segundo o relato da interprete **B**:

*“Nós tradutores não recebemos matérias antecipados dos professore, foram raros os professores que nos deram esse material para que nós pudéssemos fazer essas traduções e interpretações para enviamos para eles. Há falta de comunicação através do professor para com o acadêmico surdo por conta da internet, nós não temos uma boa internet de qualidade eficaz e também o material que não nos chegou antecipado foram poucos que chegaram antecipados, para nós para que nós pudéssemos fazer essas traduções e interpretações”*

Pode-se mencionar que os docentes de licenciatura em Geografia precisam estar constantemente evoluindo diariamente nos conteúdos, estando interconectados com as inovações tecnológicas, relação do professor unido ao estudante surdo, métodos didáticos e autoaprendizagem. De acordo com (PENA, 2018, p.149) “a Geografia e os seus conceitos se tornam instrumentos para os estudantes surdos compreenderem a realidade em que estão inseridos e participarem ativamente da sociedade”. Principalmente no período das aulas remotas, pode-se dizer que são elementos essenciais para chamar atenção. Todavia um educador sem esses atributos pode desestimular o acadêmico surdo designando um desapego pela Geografia. A Geografia pode colaborar no procedimento de inclusão através da formação de cidadãos surdos mais preparados e disposto seguir uma corrente crítica, para abranger argumentos necessários para reforçar a luta de direitos a inclusão igualitária.

## **DO ACESSO À PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS SURDOS NO CURSO DE GEOGRAFIA NO CESP/UEA**

O Ensino Superior, assim como a Educação Básica, tem recebido estudantes com deficiência, incluindo aqueles com surdez. Para se ter uma ideia da quantidade de alunos surdos na rede municipal e estadual de ensino básico do município, são de aproximadamente 17 alunos frequentando as escolas. Não é diferente no Centro Superiores de Parintins (CESP-UEA) são no total de 18, com acompanhamentos de interprete.

Neste sentido Quadros (2006), afirma que o ensino do português pressupõe a aquisição da língua de sinais brasileira – “a” língua da criança surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados.

Logo, a Libras, surge como a possibilidade de disciplina obrigatória e requisito a professores e a alunos, assim como a língua portuguesa, pela necessidade de uma inclusão para além do intérprete. Pois segundo Moreira e Fernandes (2008), uma educação com atitude inclusiva é, antes de tudo, uma questão de direitos humanos e a que assegura o direito à educação é ir além do acesso: é prever e redefinir ações efetivamente destinadas aos alunos, em função das suas necessidades/ou especificidades.

*“Ninguém na sala tinha comunicação, só fazia escrever no papel, era uma troca de papel [...] não conseguir aprender nada”*

Segundo o Núcleo de Pesquisa e Inclusão, compreende-se a necessidade de orientar os professores que trabalham com estudantes surdos, mas não em uma perspectiva de separação diferenciada no processo de ensino e aprendizagem, mas em metodologias que permitam a participação do sujeito surdo nas atividades. Para que não aconteça essas situações, como relata o acadêmico surdo.

*“Antes na sala eu não conseguia entender nada, era muito rápido, eles falavam muito rápido, a libras era muito rápida, a interprete era muito rápida, era muita informação, eu ficava calada só olhando mesmo[...].”*

Ainda de acordo com o Núcleo de Pesquisa e Inclusão, para se comunicar, os estudantes surdos utilizam a visual-gestual, o que permite aprender e perceber o mundo exclusivamente pela visão. Pois a Língua de Sinais Brasileira é uma língua visual-gestual e recentemente seus usuários têm utilizado a escrita dessa língua em seu cotidiano.

As Diretrizes Nacionais de Educação Especial concebem a atuação do intérprete, como algo fundamental para inserção de crianças e adultos surdos em salas regulares de ensino básico e de universidades, pois este, representa um canal comunicativo, entre o surdo e as pessoas que lhe cercam no contexto escolar, mas isso não caracteriza a inclusão, considerada como algo mais abrangente.

O não acesso da comunidade escolar e do ensino superior a esses procedimentos básicos para a inclusão surda no ambiente de ensino e aprendizagem, podem gerar situações como esta:

*[...] as vezes eu queria fazer um a pergunta, não sabia se podia ou se não podia também, preferia ficar quieta [...]*”

*“O professor não pergunta nada pro surdo, o surdo fica lá como se não soubesse nada. Mas eu como surdo eu falo que eu me esforço, eu leio, mesmo com dificuldade, mas eu leio”*

Dentre as principais dificuldades enfrentadas segundo a aluna surda é a adaptação em um ambiente que não é disponibilizado o essencial: a comunicação. O que vai causando o distanciamento do aluno surdo aos colegas e dos professores.

*“Quando eu entrei aqui na sala era muito difícil, os acadêmicos ficavam olhando pra mim, só porque eu era surda, não tinha interprete, então era difícil pra eu entender, depois que eu consegui começar a aprender a me desenvolver, porque o professor não sabia libras também”*

*“Logo percebi que eu era o único surdo logo que cheguei, depois encontrei mais dois colegas. Sentamos lá e começamos a conversar só entre nós”.*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9.394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula. Sendo assim o aluno surdo tem direito de ser atendido em uma sala de aula da rede regular de ensino. Devido ser um processo não constituído, o ensino para o aluno surdo passa a ser um desafio maior.

*“Nós não vimos os professores entrarem e dizer olá, bom dia ou boa noite, nada. Aí o professor perguntava pra nós: oi, eai, ta tudo bem? Pô desculpa, esqueci que tem três surdos aqui na sala”*

De acordo com Silva e Silva (2022), com o período da Covid-19, viu-se uma situação atípica, em que o uso do computador (ou celular) e da internet se tornaram fundamentais para o cotidiano escolar, a sala de aula foi substituída pelas salas virtuais, a presença física deu espaço a imagem em telas, o contato humano trocado pelas videoconferências ou vídeo aulas. Tudo isso sem que as escolas, alunos e professores pudessem se preparar. O que resultou em outra dificuldade para a comunidade escolar surda, como relata o acadêmico.

*“No ensino remoto era um pouco difícil, pelas mensagens que tinham lá no grupo (grupo formado no aplicativo WhatsApp) as vezes era em áudio, eu não podia escutar”*

*“Na minha opinião, não tem material pra ensinar, tem professor que não sabe nada de libras, é muito texto, muitos vídeos, mas nenhum deles tem legenda pra interpretação”*

Segundo Santos e Barboza (2021), a educação de pessoas surdas é considerada um tema bastante preocupante, depois de várias pesquisas que foram desenvolvidas no Brasil e no exterior apontam, e que não é surpresa, que o deficiente auditivo, ou surdo, ainda tem dificuldades em relação a vida acadêmica. Um dos relatos dos acadêmicos surdos na Universidade do Estado do Amazonas, retrata esse cenário.

*“Quando tinha prova, minhas colegas surdas perguntavam que horas vai ser a prova? Elas responderam: prova? Quando nos deram a folha não entendemos nada, sem nenhuma tradução em libras, vamos marcar, vamos só marcando aqui.”*

É necessário, portanto, que os professores e/ou profissionais de educação, assim como a comunidade escolar e acadêmica, tenham compreensão e sensibilidade das barreiras enfrentadas pelo sujeito surdo, para que se tenha uma efetiva inclusão destes alunos ao processo de ensino e aprendizagem. Ao desenvolvimento de metodologias possíveis a participação destes, e a maior efetivação da Libras ao ambiente escolar, como uma segunda língua, como necessidade de implementação e obrigatoriedade.

## **Considerações finais**

Ao analisar os depoimentos dos sujeitos surdos e das intérpretes, pode-se perceber que disponibilizar tradutor e intérprete de Libras para o apoio ao aluno surdo, não é suficiente para caracterizar inclusão. Professores, alunos e a família, devem estar aptos a comunicação e comprometidos com a formação destes sujeitos, como prescreve as leis de inclusão social, para a permanência do aluno Surdo no sistema educacional, proporcionando igualdade de oportunidades e um ensino de qualidade.

Formação profissional em Libras ao profissional de educação, para que este possa estabelecer um diálogo ou interação junto ao aluno surdo para que não haja a transferência total de suas responsabilidades do professor para o intérprete. Daí, a importância da utilização de metodologias adequadas em sala de aula que beneficiem os alunos Surdos, sendo o professor responsável por incentivar e mediar à construção do conhecimento através da interação com o aluno Surdo e seus colegas.

Diante desse contexto sabemos como é desafiador educar o aluno surdo na escola de ensino regular, ou no ensino superior, onde a maioria dos pré-requisitos exigidos nas leis não são cumpridas regularmente ou são inexistentes nas instituições de ensino. É necessário a participação do sujeito surdo na realização de políticas públicas que serão adotadas dentro desses espaços, pois somente quem porta tal necessidade saberia desenvolver e atingir os pontos principais que atingem a exclusão ou inclusão social.

Portanto, cabe a sensibilização e a iniciativas de todos, ao abraçar as questões que vão muito além da comunicação entre Libras e Língua portuguesa, na sala de aula e no dia-a-dia, mas a importância de fazer o sujeito surdo, cego, entre outras deficiências, de se sentirem incluídos, importantes na formação da sociedade, e na busca constante do bem-estar entre as pessoas com deficiência. Onde as oportunidades possam ser iguais, sem os olhares da distinção.

## REFERÊNCIAS

ANDREIS-WITKOSKI, Sílvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença. Educação de surdos em debate. 2014.

BARBOSA, Tatiele da Silva et al. A acessibilidade de alunos com surdez no ensino superior, durante a pandemia da covid-19. 2021.

BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília. Tradução oficial Brasil, setembro de 2007

BRASIL, Constituição. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Capacitação para controle social nos municípios. Assistência e programa bolsa família: Secretaria de avaliação e gestão da informação**, 2015.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10. 436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e o Art. 18 da lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, 22 dez. 2005.

BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. **Trabalho, educação e saúde**, v. 8, p. 185-206, 2010.

DA SILVA CARVALHO, Beatriz; DE ARAÚJO OLIVEIRA, Maria Esther. O PAPEL DO SUPERVISOR ESCOLAR E AS INTERFACES DA VIDA FAMILIAR NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.

DA SILVA, Maria José Sousa; DA SILVA, Raniele Marques. Educação e ensino remoto em tempos de pandemia: desafios e desencontros. 2021.

DE QUADROS, Ronice Muller; SCHMIEDT, Magali LP. Ideias para ensinar português para alunos surdos. **Brasília: Mec, SEESP.** 2006

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais da realidade surda.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de O. que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v 13, p. 257-280, 2007.

IBGE, Censo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. **Cd-rom.[links]**, 2000.

MOREIRA, Laura Ceretta; FERNANDES, Sueli. “Acesso e Permanência de Estudantes surdos no Ensino Superior”. **Seminários de Instituições de Ensino Superior: Trajetória do Estudante Surdo**, v. 1, 2008.

MATTOS, Sandra. Conversando sobre metodologia da pesquisa científica. **Porto Alegre: Editora Fi**, 2020

MARQUES, Raphael Freire et al. Interpretação Remota Durante a Pandemia do Coronavírus: Um relato de experiência de interpretação no ensino superior. 2020.

PENA, Fernanda Santos et. Educação bilíngue e geografia nas escolas de surdos. 2018.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, 1998

SANTOS, Adriana Dantas Wanderley dos et. Al. Adaptações curriculares no âmbito da surdez: o que é previsto pela política inclusiva? **SEMOC- Semana de Mobilização Científica-Segurança: A paz é o fruto da justiça**, 2009.

## **ANEXOS**

### **Perguntas direcionada aos surdos**

- ❖ Antes da pandemia, vocês conseguiam acompanhar os processos metodológicos das aulas presenciais?
  
- ❖ As metodologias pedagógicas utilizadas pelos professores vocês conseguiam entender?
  
- ❖ Vocês conseguem acompanhar os conteúdos através do ensino remoto na pandemia?
  
- ❖ Quais são as principais dificuldades encontradas durante a pandemia para acompanhar o conteúdo?

### **Perguntas direcionada aos surdos**

- ❖ Quais as dificuldades enfrentadas no processo de tradução e interpretação das aulas no formato remoto?